



EIXO TEMÁTICO:

- | | | |
|---|--|--|
| <input type="checkbox"/> Ambiente e Sustentabilidade | <input checked="" type="checkbox"/> Crítica, Documentação e Reflexão | <input type="checkbox"/> Espaço Público e Cidadania |
| <input type="checkbox"/> Habitação e Direito à Cidade | <input type="checkbox"/> Infraestrutura e Mobilidade | <input type="checkbox"/> Novos processos e novas tecnologias |
| <input type="checkbox"/> Patrimônio, Cultura e Identidade | | |

**Na profusão das fontes a confluência dos métodos:
uma interpretação da produção estatal de moradia no Brasil nos
anos 40 e 50.**

*Profusion of sources, confluence of methods: an interpretation of the state housing
production in Brazil in the 40s and 50s.*

*En la profusión de las fuentes a confluencia de los metodos: una interpretación de la
producción estatal de la vivienda en Brasil de los años 40 e 50*

BOTAS, Nilce Aravecchia (1);

(1) Professor Doutor, Universidade de São Paulo, USP – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, SP, Brasil;
e-mail: nilce_aravecchia@hotmail.com

Na profusão das fontes a confluência dos métodos: uma interpretação da produção estatal de moradia no Brasil nos anos 40 e 50.

Profusion of sources, confluence of methods: an interpretation of the state housing production in Brazil in the 40s and 50s.

En la profusión de las fuentes a confluencia de los metodos: una interpretación de la producción estatal de la vivienda en Brasil de los años 40 e 50

RESUMO: O trabalho coletivo de pesquisa do Grupo Pioneiros da Habitação Social no Brasil, coordenado por Nabil Bonduki, realizou amplo levantamento de conjuntos habitacionais produzidos no Brasil entre 1930 e 1964. A tarefa demandou o contato com inúmeras fontes, devido à natureza do objeto e à profusão de informações e originou um acervo muito diversificado em sua base material, que corresponde à diversidade das soluções arquitetônicas e urbanísticas. Interpretar e construir abordagens historiográficas condizentes com esse acervo é tarefa que ainda não se esgotou. Este artigo ao refletir sobre a relação entre as fontes de pesquisa e os métodos de análise, a partir de um recorte do acervo em questão, propõe a problematização da produção habitacional do período em sua interface com o universo político e social do Brasil e de sua inserção na constituição do sistema capitalista.

PALAVRAS-CHAVE: história da habitação, habitação social, processo de urbanização

ABSTRACT The collective research work of the group Pioneiros da Habitação Social no Brasil, coordinated by Nabil Bonduki, conducted a comprehensive survey of housing produced in Brazil between 1930 and 1964. The task, which required contact with numerous sources, due to the nature of the object and wealth of information, originated a very diversified collection in their material base, which also corresponds to the diversity of architectural and urban solutions. To understand and to build consistent historiographical approaches to this collection is a task that has not been exhausted. This article reflecting on the relationship between research sources and methods of analysis, from a clipping from the collection concerned proposes to problematize the housing production of the period in its interface with the brazilian political and social conditions and its insertion in the constitution of the capitalist system.

KEY-WORDS: history of housing, social housing, urbanization

RESUMEN: El trabajo de investigación colectiva del Grupo de Pioneros de la Vivienda Social en Brasil, coordinado por Nabil Bonduki, llevó a cabo un estudio exhaustivo de la vivienda producida en Brasil entre 1930 y 1964. Tarea que requirió contacto con numerosas fuentes, debido a la naturaleza del objeto y a la profusión de información, y que generó una colección muy diversificada en su base material, correspondiente a la diversidad de las soluciones arquitectónicas y urbanas. Interpretar y construir enfoques historiográficos consistentes para esta colección es una tarea que no se ha agotado. En este artículo se refleja sobre la relación entre las fuentes y los métodos de análisis de investigación, y desde un recorte de la colección en foco, se propone el cuestionamiento de la producción de viviendas de la época en su interfaz con el mundo político y social de Brasil y su inserción en la constitución del sistema capitalista.

PALABRAS-CLAVE: historia de la vivienda, vivienda social, urbanización



1. INTRODUÇÃO

Na produção pública de habitação realizada por diversas instituições nas décadas de 1940 e 1950 no Brasil é possível divisar uma diversidade surpreendente de abordagens estéticas e espaciais. A partir dela pode-se confrontar diretamente paradigmas habitacionais como o de pequenos conjuntos de casas isoladas no lote com telhado em águas, e o grande edifício prismático de moradia coletiva, que comporta também serviços públicos e comércio. Ainda numa visão panorâmica destacam-se os exemplos híbridos que congregam essas soluções, aparentemente díspares. Essa heterogeneidade está contemplada no acervo do grupo “Pioneiros da Habitação Social no Brasil”, coordenado por Nabil Bonduki, desde 1997.

O olhar que aqui se apresenta sobre o recorte específico na produção do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI), advém da dupla condição de quem auxiliou na construção e consolidação do acervo do Grupo Pioneiros, durante mais de uma década, e depois se valeu dessa fonte já consolidada, para formular o problema historiográfico.

Nesse processo, a mobilização das fontes oscilou entre tomá-las como protagonistas e subordiná-las ao sistema de análise, considerando-se um pressuposto definido de antemão: inserir o objeto num todo maior, ou seja, localizar a contribuição do IAPI na produção habitacional pública do período estudado, e também pensar o papel dessa produção no processo histórico específico de consolidação da economia capitalista no Brasil. Por consequência gerava-se outra oscilação, a dos métodos, adotando-se ora a visão do todo, ora o enquadramento do objeto.

A partir de um olhar panorâmico sobre o acervo, a produção do IAPI já chamava atenção em diversos aspectos: os exemplares de exceção que em certa medida compreendiam o paradigma arquitetônico modernista; a quantidade de unidades habitacionais produzidas, que se sobressaía em relação aos outros órgãos; a presença significativa de arquitetos que transitavam com desenvoltura pelo meio profissional.

Mas se a questão do recorte do objeto vinha definida pelas fontes, estabelecer os problemas que deveriam orientar a linha de análise foi processo que demandou novo esforço.

Para Bonduki (1999) a história da habitação no Brasil, ainda que em sua maioria feita por arquitetos, até finais da década de 1990, havia se desenvolvido ao largo das discussões arquitetônicas, aproximando-se muito mais da economia, da sociologia e da antropologia. Tal conjectura, certamente encontra parte da explicação no “antiestatismo da onda neoliberal”, que como evidenciou Adrian Gorelik (2005: 10-11), já havia antecipado a “demolição” dos conjuntos habitacionais de moradia social, encontrando eco, por um lado, na crítica sociológica de esquerda e, por outro, na crítica pós-modernista que reclamava a “identidade latino-americana”.

Tendo como horizonte uma abordagem interdisciplinar da história da habitação, era necessário colocá-la no campo de discussão da arquitetura e do urbanismo, levando com ela as ex-

pressões mais populares de construção da cidade. Ao passar em revista sua própria trajetória, Bonduki assinala que no início de sua pesquisa, aproximava-se muito mais dos enfoques macroestruturais de cunho marxista (influenciada pela sociologia urbana francesa da década de 1970) e das abordagens foucaultianas com base no conceito de micro-poder, e que, ao longo do seu trabalho, foi incorporando as análises estético-arquitetônicas. Assim, o resultado apresentado no livro *Origens da habitação social no Brasil*, publicado em 1998, era expressão dos dois momentos. (BONDUKI, 1999). Nessa perspectiva, o livro apresentou um capítulo dedicado à produção arquitetônica supostamente vinculada às vanguardas modernistas, para o qual foi levantada apenas uma amostra inicial de conjuntos habitacionais promovidos pelo Estado entre 1930 e 1964, mas que apontava a existência de muitos outros. De fato, tal suposição se confirmou e, para além dos parques exemplares publicados então, o esforço de inúmeros pesquisadores, ao longo de 15 anos, deu origem a um material empírico inédito, com a identificação de mais de 500 conjuntos esparramados por 22 unidades da federação, dos quais 302 foram inventariados. (BONDUKI, 2014).

Mas, se o estímulo a esse levantamento veio da necessidade de reaproximação da questão habitacional com o debate arquitetônico, foi crucial propor um caminho de volta para de fato se alcançar a interdisciplinaridade no âmbito do debate historiográfico. O imenso acervo demandava, portanto, a construção de um novo "problema", na acepção do programa defendido pelos Annales. (BLOCH, 2001 [1942]; FEBRE, 2011 [1946]; LE GOFF, 1978 e 1996).

Ao esquadrihar as conexões culturais da arquitetura e do urbanismo, para construir nova abordagem historiográfica, as categorias marxistas, tal qual apropriadas pelo debate sociológico, bem como a leitura dos espaços como simples reveladores de estruturas disciplinares, não só eram insuficientes, como poderiam gerar anacronismos numa construção que se pretendia uma contribuição para o campo da história.

Com o mesmo objetivo de reconduzir a discussão habitacional ao campo da arquitetura e do urbanismo, a proposta da análise exposta aqui, foi construir uma interpretação da história a partir de uma revisão crítica da vanguarda, escapando tanto dos velhos cânones modernistas, quanto da crítica populista e da redução sociológica de esquerda às quais se referiu Gorelik.

Nessa tarefa, interessou menos pensar a produção do período, e especificamente do IAPI, no que a caracterizou como promessa não cumprida de universalização dos serviços urbanos e de provisão habitacional. A narrativa pretendeu todo o tempo apoiar-se no que de fato foi realizado, problematizando a produção habitacional como parte da consolidação da economia capitalista no Brasil, diante de condições históricas muito específicas.

Para a montagem de uma visão mais abrangente, que ampliasse e até transcendesse o campo da arquitetura e do urbanismo, foram auxiliares as interpretações que procuraram superar a estanqueidade de categorias como "populismo", entendido como simples estratégia de manobra de massas, esforço empreendido por Angela de Castro Gomes, (1988) e Sonia Draibe (1985) entre outros autores. Já no âmbito da arquitetura e do urbanismo, revelou-se impres-

cindível o entendimento dos técnicos e da elite cultural como agentes singulares do processo de modernização (MARTINS, 1987 e GORELIK, 2005).

Entender a obra e o papel dos administradores, engenheiros e arquitetos, de um ponto de vista histórico, considerando suas formações e o arcabouço de opções que tinham em mãos; considerar o papel dos técnicos na política desenvolvimentista empreendida a partir de 1930; procurar as relações entre a arquitetura e as propostas de modernização do país; aprofundar na dimensão construtiva da arquitetura e do urbanismo; foram alguns objetivos iniciais, aos quais se prestaram esta reflexão. Seguiu-se o encaminhamento de que construções históricas mais complexas podem auxiliar inclusive no desvendamento da relação entre arquitetura e capital produtivo, como propõe Tafuri. O autor, por meio de sua *“crítica à ideologia”*, mesmo concluindo pela impossibilidade estrutural da arquitetura, alerta para os perigos das visões simplificadoras (TAFURI, 1979).

A opção, portanto, em detrimento dos caminhos que repisam os fracassos do movimento moderno, e atribuem à estética funcionalista as agruras da cidade contemporânea, foi a de recuperar projetos, obras e profissionais, para a história da arquitetura brasileira. Permitiu-se, junto a isso, a valorização de uma proposta habitacional, de suas qualidades plásticas e técnicas, em relação à formação de uma classe trabalhadora urbana. A compreensão desse segmento – os trabalhadores urbanos –, como agente político fundamental, caracteriza-o de forma diametralmente oposta ao conceito de quadro meramente explorado. Tal abordagem, entretanto, nunca deixou de considerar todas as contradições que demarcam, não só a Era Vargas, mas toda a formação da sociedade brasileira.

Problematizar a relação entre as classes urbanas em formação e consolidação ao longo das décadas de 1920 e 1930, e o Estado como campo de disputas, foi fundamental para encontrar o lugar das elites técnicas e culturais no processo de consolidação do sistema capitalista no Brasil. Essa análise revelou-se inevitável à medida que foram sendo localizados os técnicos e os intelectuais, no caldo cultural correspondente ao período identificado como de *“industrialização restringida”*, que segundo DRAIBE (2004), teria culminado na formação das bases técnicas indispensáveis à autodeterminação da acumulação capitalista.

Grupos formados por intelectuais e ativistas de classe média, que abrangiam desde os mais conservadores, elitistas e positivistas, até uma variedade de grupos socialistas, defenderam conjuntamente, naquele momento, maior centralização do poder e passaram a cobrar do Estado federal um papel mais ativo na regulamentação do sistema econômico.

A ideia de uma sociedade urbanizada e industrializada trazia para o campo da arquitetura e do urbanismo, bem como levava deste para o debate da política e da economia, as ideias de racionalização não só do processo produtivo (trabalho e meios), mas também do setor terciário e dos serviços públicos em geral. Roberto Simonsen, a partir da iniciativa privada, levantou a bandeira do desenvolvimentismo como meio para superar as barreiras sociais e econômicas que impediam o Brasil de ingressar de vez, e com força, no capitalismo internacional. Sua liderança, sem dúvida paradigmática, correspondia a um amplo espectro coletivo formado por



outros nomes, como João Carlos Vital, Plínio Cantanhede, Alim Pedro, Ary Torres, Paulo Accioly de Sá, Eudoro Berlink, Luiz Joaquim da Costa Leite, entre tantos outros. Transitando por instituições públicas e privadas e com posições ora mais progressistas ora mais conservadoras, tais personagens criaram e participaram de uma série de instituições com o firme propósito de viabilizar sua influência direta nas decisões políticas de um projeto modernizador.

A prática do planejamento, como instrumento de política econômica, que apontava para uma política de orientação nacional desenvolvimentista, coincidia tanto com as ideias de eficiência próprias do campo da engenharia, quanto na aposta do movimento moderno em arquitetura, que desejava organizar as bases físicas da vida social na forma da cidade total.

Sobressaiu-se também nesse aspecto o IAPI, primeiro órgão público a realizar concurso de provisão de cargos para suas delegacias em todo o país.

Certamente foi a discussão em torno da eficiência a janela para a predominância dos engenheiros em certos setores do serviço público, cujo próprio discurso de legitimação da profissão levou-os a ocupar espaços que iam muito além de seu campo de atuação original. Entretanto, na organização e na implementação do IAPI, bem como na administração pública em geral, os conceitos de eficiência, meritocracia e administração científica, conviveram com as práticas clientelistas e com a estrutura de um Estado patrimonialista – elementos de permanência facilmente identificáveis em nosso processo histórico.

Assim, os documentos e os artigos de periódicos levantados durante a pesquisa, ao serem cotejados, auxiliaram na leitura do papel dos profissionais, engenheiros e arquitetos, no processo de urbanização, não como meros condutores de determinadas ideologias, mas como agentes tanto da ampliação de seu campo de atuação, como da possível transformação nas bases materiais da vida dos trabalhadores. Na esfera da administração pública esses agentes executaram seu trabalho a partir do engajamento dos debates do movimento moderno ao projeto político do país.

As peças gráficas e os levantamentos de campo comprovaram que a ação do *Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários* considerada tanto por sua dimensão quantitativa, quanto pelo conceito de habitação em massa formulado por seus técnicos, tornou-se o principal órgão responsável pela produção habitacional pública no período estudado. Ao cotejar os documentos do Instituto, os artigos de periódicos, e seu confronto com as obras construídas, foi possível deduzir que a adequação entre quantidade e qualidade foi o que ofereceu as condições para que o órgão atingisse certo destaque diante de toda a produção do período. Pode-se dizer que, por colocar a economia como condicionante básica dos projetos, o IAPI reuniu condições para superar o universo de exceção ao qual se enquadraram as experiências de Reidy e Carmem Portinho junto ao Departamento de Habitação Popular do Rio de Janeiro. Além disso, estava muitíssimo à frente da produção acanhada da *Fundação da Casa Popular*, restrita aos conjuntos de casas isoladas voltadas à aquisição privada. Não se pode deixar de considerar aqui que a orientação da produção para o aluguel estava diretamente associada aos preceitos

atuariais, que prezavam pelos interesses em resguardar o capital dos associados do Instituto, o que também pôde-se comprovar pela documentação.

Veja-se, neste ponto, que o motor da excepcionalidade da ação do IAPI também o levou a diminuir drasticamente, até a estancar de vez, a produção habitacional no início da década de 1950. A Lei do Inquilinato inviabilizou a rentabilidade com o aluguel depois de 1942 e, se no início, o congelamento dos aluguéis era percebido como uma saída provisória para crise da habitação, a ação se revelaria permanente com os sucessivos decretos e leis complementares, por duas décadas depois (BONDUKI, 1998: 217-218). A rentabilidade cada vez menor com os imóveis habitacionais ainda coincidiu com o grande aumento do número de associados ao Instituto (se no início contava com 1 milhão de associados, é fácil supor que dez anos depois tivesse ao menos o dobro). Não cabia na lógica atuarial favorecer a 1% dos associados com moradias baratas, ao passo que se arriscava a seguridade da aposentadoria para os outros 99%.

A partir do diálogo entre as fontes documentais e o método interpretativo também encontrou-se a explicação tanto para o vanguardismo da ação habitacional do IAPI, quanto sua derrocada a partir de 1950. No processo de transformação que coloca o Brasil de vez no sistema capitalista, entende-se a Revolução de 1930 e os acontecimentos subsequentes como uma ruptura em certos esquemas políticos, econômicos, sociais e culturais. A partir da aceitação deste momento como ruptura é que se procurou situar o entendimento de um determinado conceito de habitação, de arquitetura e de cidade. Se na década de 1940 foi fundamental assegurar moradia aos associados, impulsionar a indústria da construção civil e demarcar o território metropolitano, na década de 1950 a passagem para a fase da industrialização pesada demandava a canalização de recursos para a indústria e a progressividade da Lei do Inquilinato funcionou também para isso. A partir da documentação existente, ao colocar em linha cronológica a produção do IAPI, vê-se que a gradativa diminuição das atividades de construção de conjuntos habitacionais ao final da década de 1950 coincide com o período em que se deu simultaneamente a intensa participação estatal na consolidação definitiva do capitalismo no Brasil, e a prenúncia dos elementos de esgotamento e crise do Estado identificados por Draibe. (2004: 2037-239).

Por outro lado, no que diz respeito às relações com a cultura, o levantamento extensivo da produção pública de habitação do período que vai de 1930 a 1964, empreendido pelo *Grupo Pioneiros*, abriu um leque de conjecturas que não podiam mais se valer das matrizes interpretativas que alicerçaram a trama canônica da história da arquitetura brasileira. A maioria dos conjuntos produzidos pelo IAPI passava ao largo dos cinco pontos da arquitetura moderna definidos por Le Corbusier. Essa constatação exigiu um esforço para construir uma nova base teórica, buscando encontrar outras possíveis conexões do objeto, para além da referência corbusiana e mesmo europeia. Assim, abriu-se o caminho para as pontes com as ideias científicas em geral, e mais ainda com o pragmatismo e o progressivismo americanos. Noções como as de eficiência e de organização, cuja importância crescente na primeira metade do século XX confluiu para reestruturação de alguns setores da indústria, passou pelas organizações



educativas e chegou às instâncias governamentais, e se tornaram o grande mote da cadeia comunicativa entre Estado e setor privado. A engenharia, num processo de legitimação bastante satisfatório, mostrou-se ser a disciplina mais capacitada e permeável numa sociedade que deveria ser pautada pela técnica.

O trabalho de doutorado que partiu do acervo geral do Grupo Pioneiros e estabeleceu como recorte o IAPI buscou entender a heterogeneidade da produção arquitetônica e urbanística em questão, em toda a sua complexidade, inclusive desvelando, em suas aparentes sínteses, as ambiguidades próprias da sociedade brasileira. Estabelecendo uma relação dialética entre a profusão das fontes e os procedimentos de análise, foi possível afinal pensar a revisão de uma parte da história da habitação no Brasil. Primando pela necessidade de divisar o objeto específico em sua relação com o todo, seja no âmbito da história da arquitetura, seja nos grandes panoramas que buscam identificar o papel do Brasil nos processos de consolidação do sistema capitalista. Assim, com essa reflexão espera-se ter apontado novos caminhos que poderão ser trilhados daqui em diante.

Referências

- BLOCH, M. Apologia da história. Rio de Janeiro: Zahar, 2001 [original, 1941-42].
- Bonduki, Nabil. Habitação Social no Brasil: uma história em construção. In: Anais da VIII Enanpur. Porto Alegre, ANPUR, maio de 1999.
- BONDUKI, Nabil Georges. *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.
- BONDUKI, Nabil. (org). Os pioneiros da habitação social no Brasil. São Paulo, Editora da Unesp:2014. (No prelo).
- DRAIBE, Sonia. *Rumos e metamorfoses – Estado e industrialização no Brasil (1930-1960)*. São Paulo, Paz e Terra, 1985.
- FEBVRE, L. Sur le livre La Paix Armée de Roubaud. Annales ESC, v. 1, n. 3. p. 282-284, Paris. 2001 [original, 1946].
- GOMES, Angela de Castro (1988). *A invenção do trabalhismo*. São Paulo, Vértice, 1988.
- GORELIK, Adrián. *Das vanguardas a Brasília. Cultura urbana e arquitetura na América Latina*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- LE GOFF, J. Entrevista concedida a Hughe Salord e Anne Rapin. Ciências Humanas, 24, 1996.
- LE GOFF, J. A história nova. In: NOVAIS, F.; SILVA, R. F. da (Org.). Nova história em perspectiva. São Paulo: Cosac & Naify, 2011 [original, 1978].
- MARTINS, Carlos Alberto Ferreira. *Arquitetura e Estado no Brasil. Elementos para uma investigação sobre a constituição do discurso moderno no Brasil; a obra de Lucio Costa (1924-1952)*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: FFLCH-USP, dez. 1987.
- TAFURI, Manfredo. *Teorias e História da arquitetura*. Lisboa: Presença, 1979.